



EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE:	CARTA CONVITE Nº 001/2020 (Regida pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e pela Lei Complementar nº. 155/2016 e demais legislações pertinentes).
DATA DE ABERTURA (Sessão pública para recebimento das propostas e documentação de habilitação)	07 de fevereiro de 2020
HORÁRIO	09:00 horas.
OBJETO	Contratação de empresa especializada em Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.
TIPO DA LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Sala de Licitação da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia situada na Av. do Cerrado n.º 999, Bloco B, Térreo, Park Lozandes – Paço Municipal - Goiânia- GO.
PROCESSO Nº	17085/2019
INTERESSADO	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.goiania.go.gov.br ou na sede da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, no horário das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h, nos dias úteis, a partir da data de sua publicação mediante o recolhimento da taxa de R\$20,00 (vinte reais), inerentes aos seus custos reprográficos, conforme dispõe o parágrafo 5º, do artigo 32, da Lei nº 8.666/93, que será paga em banco ou agências lotéricas, através do DUAM - Documento Único de Arrecadação Municipal.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, Fone: (62) 3524-6320/6321/ e-mail: comissaosemad@goiania.go.gov.br</p> <p>Os arquivos contendo o Edital e Planilhas estão disponíveis no site da Prefeitura de Goiânia (www.goiania.go.gov.br), ou junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sendo que os interessados deverão disponibilizar 01 (um) CD e/ou Pen Drive para reprodução.</p>	



ÍNDICE

1 - DO OBJETO	3
2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS	3
3 - DA PARTICIPAÇÃO	3
4 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	6
5 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 1 – Documentação)	6
6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 2)	11
7 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	12
8 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	13
9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
10 - DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO	14
11 - DO CONTRATO/EXECUÇÃO	14
12 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	16
13 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE	17
14 - DAS PENALIDADES	18
15 - DAS OBRIGAÇÕES	19
16 - FRAUDE E CORRUPÇÃO	19
17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
18 - DO FORO	21
ANEXOS AO EDITAL: O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais	
19 - ANEXO I - PROJETO BASICO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	22
20 - ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL	30
21-ANEXO III - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	38
22- ANEXO IV - CARTA PROPOSTA	39
23 - ANEXO V - FIANÇA BANCÁRIA	40
24- ANEXO VI - COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL	41
25 - ANEXO VII - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS	42
26 - ANEXO VIII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	43



EDITAL DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 001/2020 – PREFEITURA DE GOIÂNIA

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, mediante solicitação da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**, doravante denominada **SEINFRA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, doravante denominada **SEMAD**, bem como pelo titular da Pasta designado pelo **Decreto Municipal nº 568/2019**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº **17085/2019**, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016, torna público aos interessados a abertura do **CONVITE Nº 001/2020 conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

Esta licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, sob o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observando os fatores constantes do critério de julgamento, descrito no **item 7**, deste edital

Na hipótese de não haver expediente na data acima, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A presente Licitação ficará a cargo da Comissão Geral de Licitação designada pelo **Decreto Municipal nº 1454/2019**, a qual competirá:

- 2.1.1.** Receber os envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA;
- 2.1.2.** Examinar a documentação, habilitando ou não os participantes, de conformidade com as exigências do edital;
- 2.1.3.** Proceder ao julgamento das propostas, observando os fatores do critério de julgamento, constantes do **item 7** deste instrumento;
- 2.1.4.** Lavrar ata circunstanciada a cada fase do procedimento licitatório, relatando os fatos e decisões que vierem a ser tomadas;
- 2.1.5.** Informar os recursos que porventura forem apresentados contra os seus atos na presente licitação;
- 2.1.6.** Submeter à apreciação superior as decisões proferidas pela Comissão, e;
- 2.1.7.** Promover a divulgação dos seus atos pertinentes ao procedimento licitatório, através do quadro próprio de avisos da Comissão Geral de Licitação e por publicação na imprensa oficial.

2.2. Poderá, a critério da Comissão, serem relevados erros ou omissões irrelevantes que não resultem em prejuízos para o entendimento da proposta e para o seu julgamento, ou para o serviço público.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas, especializadas no ramo, legalmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, **devidamente cadastradas ou não, desde que formalmente convidadas** pela Secretaria Municipal de Administração da **PREFEITURA DE GOIÂNIA** ou **legitimamente interessadas**, na forma estabelecida no parágrafo 3º, do art. 22 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



- 3.1.1.** Entende-se por devidamente cadastrada a licitante que tenha obtido o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC, previsto nos artigos 34 a 37 da Lei 8.666/93, atualizado junto à Prefeitura Municipal de Goiânia.
- 3.1.2.** A licitante interessada, não cadastrada, poderá requerer o CRC à Gerência de Programação e Controle de Aquisições de Materiais e Serviços da Secretaria Municipal de Administração até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, mediante a apresentação do respectivo requerimento e da documentação relacionada para Cadastro no endereço www.goiania.go.gov.br.
- 3.1.3.** As empresas cadastradas ou não, que não foram convidadas, porém se interessam em participar do presente CONVITE, deverão se manifestar, através de requerimento conforme modelo do **ANEXO VI**, protocolado com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do horário preestabelecido para entrega dos envelopes.
- 3.2.** A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.3.** Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um interessado na presente licitação. Caso ocorra, serão as respectivas licitantes inabilitadas.
- 3.4.** Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:
- 3.4.1. Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.4.2. Representante designado pela empresa licitante**, devendo apresentar Instrumento público de procuração, emitido por Cartório competente, ou Instrumento de mandato particular, assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação com firma reconhecida em cartório. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo;
- 3.5.** As licitantes interessadas deverão apresentar no dia, horário e local indicados no preâmbulo do edital à Comissão Geral de Licitação a documentação e a proposta exigidos neste instrumento, em invólucros separados e lacrados, sendo o primeiro com o subtítulo **DOCUMENTAÇÃO** e o segundo com o subtítulo **PROPOSTA**, contendo em suas partes externas além da razão social da empresa licitante a indicação com os seguintes dizeres:

PREFEITURA DE GOIÂNIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARTA CONVITE Nº
ENVELOPE N.º 1 – DOCUMENTAÇÃO
DATA DE ABERTURA:
HORÁRIO:
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:
TELEFONE:



PREFEITURA DE GOIÂNIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARTA CONVITE Nº
ENVELOPE N.º 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA DE ABERTURA:
HORÁRIO:
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:
TELEFONE:

3.6. Os documentos relativos à habilitação (Envelope n.º 1) e à proposta (Envelope n.º 2) poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por membro da Comissão Geral de Licitação, ou servidor público de outro órgão da administração, publicação em órgão de imprensa oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia de acordo com a Lei 13.726/2018.

3.6.1. Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios sugerimos que a(s) licitante(s) que pretender (em) autenticação de documentos via Secretaria Municipal de Administração, o faça a partir do 2º dia antes da data de abertura da licitação, na Secretaria Municipal de Administração, nos horários e locais previstos no **item 17.15** deste edital.

3.6.2. Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no site correspondente pela Comissão de Geral de Licitação, serão aceitas cópias simples.

3.7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO:

3.7.1. Empresas em estado de falência ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quando apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado;

3.7.2. Empresas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, bem como declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art.87, III e IV da Lei nº. 8.666/93), e caso participe do processo licitatório estará sujeita à penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93;

3.7.3. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.7.4. Quaisquer servidores públicos vinculados ao Município de Goiânia, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

3.7.5. Empresa que possua em seus quadros sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação; e

3.7.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.7.7. Empresas que não atendam às exigências deste Edital.

3.7.8. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

3.8. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.

3.8.1. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no **item 17.15** deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além



das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

- 3.9.** A Comissão não se responsabilizará por propostas e/ou documentos que não forem entregues diretamente à mesma no local, horário e data estabelecidos neste instrumento.
- 3.10.** Após o horário e data de abertura estabelecida no preâmbulo deste edital para recebimento dos envelopes proposta e documentação, nenhum documento ou proposta será recebido pela Comissão, ou seja, não será permitida a participação de licitantes retardatários.
- 3.11.** Quando a empresa cadastrada ou convidada for Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP serão adotados procedimentos em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e alterações.
- 3.12.** Recebidos os envelopes n.º 1 Documentos de Habilitação e n.º 2 Proposta de Preços, a Comissão procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação que serão lidos, conferidos e rubricados pela Comissão e pelos participantes que o desejarem.
- 3.13.** Encerrada a fase de habilitação, se todas as licitantes desistirem expressamente do direito de recorrer das decisões a ela pertinentes, os envelopes contendo as propostas das licitantes poderão ser abertos e anunciadas às propostas, devolvendo-se lacrados os envelopes das licitantes inabilitadas, procedendo-se registro em ata.

4. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

- 4.1.** Na data, hora e local designado no preâmbulo deste edital, em ato público, a **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO** receberá em envelopes distintos e fechados ou lacrados contendo, os documentos exigidos para habilitação e propostas.
- 4.2.** Serão inicialmente abertos, em sessão pública, os envelopes contendo os documentos referentes a fase de habilitação que, após conhecidos pelos licitantes e examinados pela Comissão Geral de Licitação serão julgados, dando-se imediata comunicação do resultado, se presentes todos os licitantes. Caso contrário, será o mesmo publicado na Imprensa Oficial. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender os trabalhos licitatórios para posterior exame dos documentos e julgamento da fase de habilitação, da qual lavrará ata, publicando o resultado no Diário Oficial do Município (§1º do art. 109 da Lei 8.666/93).
- 4.3.** Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os envelopes contendo as propostas, devidamente lacrados e rubricados em seu laço pela comissão e licitantes presentes, permanecerão em poder da Comissão Geral de Licitação até que seja julgada a habilitação.
- 4.4.** Será procedida a abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, após transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou tenha havido renúncia expressa do prazo recursal das licitantes **habilitadas e/ou inabilitadas e/ou após o julgamento dos recursos interpostos.**
- 4.4.1.** A Comissão manterá em seu poder os envelopes de propostas das licitantes inabilitadas, devidamente rubricados, até o término do período recursal, de que trata o inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e serão devolvidos, no estado em que foram entregues à Comissão. Caso a licitante inabilitada não retire seu envelope proposta junto a Comissão no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do resultado da licitação, o mesmo será destruído, exceto em caso de decisão judicial.
- 4.5.** Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo as mesmas ser assinadas pelos membros da comissão e pelas licitantes presentes.

5. DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 1 – Documentação)

- 5.1.** Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual (Envelope n.º 1), devidamente fechado, contendo os documentos elencados a seguir:
- 5.1.1. PROTOCOLO DE ENTREGA DA CARTA CONVITE** (emitido pela Secretaria Municipal de Administração) para as empresas convidadas, cadastradas ou não cadastradas no Registro Cadastral – CRC desta Secretaria, devidamente recebido pela empresa convidada, inclusive com o carimbo do CNPJ; ou
- 5.1.2. REQUERIMENTO das empresas não convidadas** (cadastradas ou não) que se interessarem em participar do presente CONVITE, satisfazendo as condições estabelecidas neste Edital, por



manifestação escrita, **protocolado com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário pré-estabelecido para a abertura da sessão.**

5.2. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 5.2.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia** do representante legal (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante, caso não haja procurador legalmente constituído, nos termos do subitem seguinte.
- 5.2.2. Instrumento público de procuração**, emitido por Cartório competente, **ou Instrumento de mandato particular**, assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação com firma reconhecida em cartório, **acompanhado de cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do outorgado**. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo. O atendimento a este subitem suprime a exigência do **item 5.2.1**, e vice-versa;
- 5.2.3. Registro comercial, para empresa individual;**
- 5.2.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados no órgão competente**, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores ou a publicação no Diário Oficial dos referidos documentos;
- 5.2.5. Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- 5.2.6. Decreto de autorização**, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 5.2.7. Certidão ou Declaração expedida pela Junta Comercial, se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis**, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, **com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, segundo disposição do **artigo 3º da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 36 de 03/03/2017**.
- 5.2.7.1. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.**

5.3. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- 5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- 5.3.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes;
- 5.3.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.
- 5.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;
- 5.3.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais (ISS), expedida pela Prefeitura do Município sede da licitante;



5.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

5.3.7. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

5.3.7.1. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério da Comissão Geral de Licitação e, desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.

5.4. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.4.1.1. Nos casos de **participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser** apresentado juntamente com a Certidão de Recuperação Judicial exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

5.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

5.4.2.1. O prazo limite para apresentação do balanço referente ao último exercício social, tanto escriturado em forma digital como não digital, é **30 de abril do corrente ano**, nos termos do art. 1.078, inciso I da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil). Antes desse prazo poderá ser apresentado balanço do ano anterior ao do último exercício social.

5.4.2.2. O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

5.4.2.3. O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

5.4.2.4. Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei n.º 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.

5.4.2.5. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, **o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1, e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade**, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$
- $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral
ILC = índice de liquidez corrente
ISG = índice de solvência geral
AT = ativo total
AC = ativo circulante
RLP = realizável em longo prazo
PC = passivo circulante



ELP = exigível em longo prazo
PL = patrimônio líquido

- 5.4.2.5.1.** Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no **subitem 5.4.2.5**, e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido **mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento)** do valor total estimado para a contratação, **estarão inabilitadas**.
- 5.4.2.5.2.** A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.
- 5.4.2.5.3.** As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do **item 5.4**.
- 5.4.2.5.4.** Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o **Item 5.4.2**

5.5. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.5.1. Certidão de Registro** da empresa licitante no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou **Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, com jurisdição sobre o domicílio ou sede da licitante.
- 5.5.2. Atestado de capacitação técnico-profissional**, cuja comprovação se fará através do fato da **licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) ou Arquiteto(s) responsável(is) técnico(s)**, dentro das atribuições profissionais inerentes ao objeto deste Edital, detentor(es) de **Atestado(s)**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **acompanhados da Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, registrado(s)/emitido(s) pelo CREA ou CAU, que comprove(m) já haver o(s) profissional(is) executado serviços descrito(s) na tabela abaixo:

COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL DA LICITANTE		
Item	Descrição	Unid.
1	Projeto de Pavimento Rígido ¹	m ²
2	Projeto de Pavimento Flexível ¹	m ²
3	Projeto de Drenagem de Infiltração ²	m ²
4	Elaboração de Projeto de Desapropriação ³ (Estimado)	und

¹Projeto de Pavimentação - Área

²Projeto de Drenagem - Área

³Projeto de Desapropriação - Lotes

- 5.5.2.1.** A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a)** Proprietário, sócio-administrador, dirigente ou assemelhado da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - b)** Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;
 - c)** Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA ou CAU;
 - d)** Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a



legislação civil comum.

5.5.2.2. O profissional constante da certidão acima, detentor do acervo técnico será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação, **admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.**

5.5.2.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou CAU devidamente atualizada.

5.5.3. Atestado de Capacidade técnico-operacional, cuja comprovação se fará através de **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) **aptidão da pessoa jurídica** para o desempenho de atividade(s) descrita(s) na tabela abaixo:

COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL DA LICITANTE			
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Requerida
1	Projeto de Pavimento Rígido ¹	m ²	2.300,00
2	Projeto de Pavimento Flexível ¹	m ²	4.450,00
3	Projeto de Drenagem de Infiltração ²	m ²	19.500,00
4	Elaboração de Projeto de Desapropriação ³ (Estimado)	und	25,00

¹Projeto de Pavimentação - Área

²Projeto de Drenagem - Área

³Projeto de Desapropriação – Lotes

5.5.3.1. No presente processo licitatório para comprovação da capacidade técnica-operacional, devido ao baixo vulto financeiro e baixa complexidade do projeto em questão, a qualificação técnica deve ser atendida em até 2 (dois) atestados.

5.5.3.2. A exigência de apresentação de atestado na realização do presente processo licitatório tem a finalidade de certificar que as concorrentes comprovem que sua qualificação é compatível com o objeto do certame, visando assegurar que as empresas estejam aptas a bem executar os serviços em questão.

5.5.3.3. A quantidade solicitada em atestado representa aproximadamente 50% do total dos serviços mais relevantes tecnicamente e/ou financeiramente, conforme os limites previstos no Acórdão nº 3663/2016-TCU.

5.5.3.4. Os parâmetros fixados na tabela acima são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, e foram restringidos ao mínimo necessário, evitando-se a prática de restrição ao caráter competitivo, de acordo com o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal.

5.5.4. Carta de Apresentação da documentação da licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura devidamente comprovada, contendo informações e declarações conforme **ANEXO III** deste edital.

5.6. Quando da apresentação da documentação se a licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

5.6.1. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes, os documentos dos **itens 5.3.2, 5.3.3, 5.3.6 e 5.4.1** que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

5.6.2. Se a licitante for a matriz e a fornecedora dos serviços a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos dos **itens 5.3.2, 5.3.3, 5.3.6 e 5.4.1** que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

5.7. Não serão aceitos pela comissão “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;



- 5.8. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para abertura da Licitação.
- 5.9.** De toda documentação apresentada em fotocópia autenticada, suscitando dúvidas, poderá ser solicitado o original para conferência, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, registrando-se em ata tal ocorrência.
- 5.10.** Também motivará a inabilitação para os atos subsequentes da licitação, falta de comprovação do ramo de atividade comercial vinculado aos objetos/serviços descritos nos Anexos constantes deste edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 2)

- 6.1.** A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante do **ANEXO IV**, em invólucro devidamente lacrado, contendo os dizeres mencionados no **subitem 3.5**, impressa em papel timbrado, preferencialmente em 02 (duas) vias de igual teor, encadernadas separadamente, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem rasuras e entrelinhas, com todas as páginas rubricadas, sendo a última página de cada via, datada e assinada pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura, constituída dos seguintes elementos:
- 6.1.1.** Oferecimento do preço do objeto, expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado conforme planilha orçamentária, em algarismo arábico (unitário e total) se possível por extenso **VALOR TOTAL**, contendo especificação detalhada do objeto nos termos do memorial descritivo/especificações técnicas e outros elementos que possam facilitar o julgamento da proposta mais vantajosa. A proposta deverá conter todos os seus elementos constitutivos, para que seja verificada a compatibilidade com as especificações do ANEXO I.
- 6.1.2.** Nos valores propostos estarão inclusos os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, BDI e outras despesas, se houver.
- 6.1.3.** Custos omitidos na proposta serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os serviços ser executados sem ônus adicionais.
- 6.1.4. Apresentar planilha(s) Orçamentária(s) completa**, referente aos serviços cotados onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço total, BDI, e o preço total dos serviços, elaborada de maneira que, não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme valor estimado constante no ANEXO I.
- 6.1.4.1. Em nenhuma hipótese será admitida cotação opcional para os serviços constantes da(s) planilha(s) de orçamento constantes deste edital.** Caso ocorra, serão igualmente desconsideradas a cotação principal e a opcional.
- 6.1.4.2. Em nenhuma hipótese será admitida cotação parcial em referência ao quantitativo total dos serviços** requeridos neste instrumento, ocasião em que será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) que incorrer(em) neste ato.
- 6.1.4.3. É obrigatória a cotação total dos serviços constantes da planilha orçamentária**, sob pena de desclassificação, caso não o faça.
- 6.1.5.** Planilha de composição de custos e formação de preços unitários **de todos os itens e subitens** que compõem a planilha orçamentária;
- 6.1.6.** Visando facilitar e agilizar a análise da proposta por parte da Comissão, as empresas deverão ainda apresentar, **uma via em arquivo eletrônico – CD, DVD ou pendrive - dos documentos constantes dos Itens 6.1.4 e 6.1.5, na forma de planilha eletrônica (Microsoft Excel), sendo 02 (duas) vias, uma PROTEGIDA e outra DESPROTEGIDA.**
- 6.1.7.** Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe.
- 6.1.7.1.** As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.



- 6.1.7.2.** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 6.1.8. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro** detalhado dos serviços propostos, **nos termos deste edital;**
- 6.1.8.1.** O prazo para execução da obra apresentado no cronograma deverá estar conforme o indicado no Cronograma Físico-Financeiro, constante no Edital, podendo ser prorrogado, apenas nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e no contrato.
- 6.1.9. Apresentar prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias** consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- 6.1.9.1.** Caso o prazo de que trata o **item 6.1.9** não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 6.1.9.2.** Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.
- 6.1.10.** A garantia dos serviços bem como dos materiais empregados de **05 (cinco) anos**, após o recebimento dos mesmos, nos termos do artigo 618, do Código Civil Brasileiro.
- 6.1.11.** Será desclassificada a proposta, cuja especificação estiver incompatível com o(s) objeto(s) especificado(s) nos anexos constantes deste instrumento, ou ainda, aquelas que omitirem as especificações mínimas solicitadas.
- 6.2. Carta Proposta** assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovado para tal investidura, **contendo informações e declarações conforme Anexo IV** deste edital;
- 6.3.** A proposta deverá estar assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1.** O julgamento será realizado pela Comissão Geral de Licitação de acordo com o que dispõe o art.45 da lei 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, observando os seguintes fatores:
- 7.1.1. O julgamento será realizado com base no MENOR PREÇO ofertado, sob o regime de empreitada por preço global;**
- 7.1.2.** Caso seja necessário a Comissão de Licitação poderá valer-se de auxílio de técnicos da área referente ao objeto desta licitação para realização do julgamento.
- 7.1.3.** A Comissão poderá promover diligências em qualquer fase da licitação, nos termos do § 3º, do art. 43 da lei 8.666/93;
- 7.2.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, mantiver-se o empate, o mesmo será decidido por sorteio realizado pela comissão, na forma estabelecida no § 2º do art.45 da lei 8.666/93.
- 7.3.** Na ocorrência de empate o sorteio será feito em solenidade pública, nos dias e horários a serem estabelecidos pela Comissão. Uma vez convocadas as empresas empatadas e estas não atendam ao chamado, a Comissão realizará o sorteio sem a sua presença.
- 7.4.** Será desclassificada a proposta, cuja especificação estiver incompatível com o(s) objeto(s) especificados nos anexos requerido neste edital, ou ainda, aqueles que omitirem as especificações mínimas solicitadas.
- 7.5.** Não será permitido o oferecimento de qualquer desconto sobre o preço ofertado na proposta.
- 7.6.** Quando do julgamento das propostas for detectado erro de adição e/ou multiplicação, a proponente se responsabilizará pelo preço global ofertado, desde que não se traduza em preço inexequível.



- 7.7.** Serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os **preços apresentados pelos sistemas referenciais de custos, conforme a Instrução Normativa nº. 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, ou de acordo com os preços praticados no mercado** e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, conforme disposto no art. 48, II, da Lei nº 8.666/93
- 7.7.1.** Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.
- 7.7.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art.43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de capacidade de cumprimento do objeto, podendo adotar os seguintes procedimentos dentre outros:
- 7.7.2.1.** Questionamentos junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
- 7.7.2.2.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.
- 7.7.3.** Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.
- 7.7.4.** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 7.8.** O julgamento das propostas ocorrerá dentro do prazo de validade das mesmas, dando-se conhecimento do resultado no quadro próprio de avisos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** e publicado no site da Prefeitura de Goiânia www.goiania.go.gov.br, no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação, estando também à disposição dos interessados no horário das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h, nos dias úteis junto a Secretaria Municipal de Administração;
- 7.9.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, e se houver proposta apresentada por estas no intervalo percentual de até 10% (dez por cento) superior à classificada em primeiro lugar, entende-se por empate estas situações, proceder-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, conforme segue:
- 7.9.1.** A Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP mais bem classificada deverá, no prazo de 05 (cinco) dias após a convocação formal da Comissão, apresentar nova proposta de preço inferior a classificada em primeiro lugar, situação em que passará a condição de proposta detentora de menor preço.
- 7.9.2.** Se a Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP que passou a condição de detentora da proposta de menor preço apresentar a documentação relativa a prova de regularidade fiscal com restrição, a Comissão, por ato formal, fará a sua convocação para regularizar a documentação, no prazo estabelecido no **subitem 5.3.7.1.**
- 7.9.3.** Se a Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP mais bem classificada, na forma do **subitem 7.1,** não apresentar proposta inferior a da primeira classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no **subitem 7.9,** na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.10.** O resultado desta Licitação será publicado no endereço www.goiania.go.gov.br e/ou afixado no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios da **Secretaria Municipal de Administração,** para intimação e conhecimento dos interessados.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 8.1.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital de Licitação por irregularidade na aplicação de dispositivos da Lei Federal n. 8.666/93, **devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da**



data fixada para abertura do ENVELOPE 01 devendo a Administração julgar e responder a impugnação, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 41 da mencionada Lei.

- 8.2.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o **licitante** que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 8.2.1.** NÃO SERÁ ADMITIDA apresentação das razões de recursos, por intermédio de cópia não autenticada, de *fac-símile* ou VIA *E-MAIL*.
- 8.3.** Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração implique na formulação da proposta.
- 8.4.** Todos quantos participarem desta licitação têm o direito público subjetivo à observância do pertinente procedimento, nos termos deste edital, e da Lei n.º 8.666/93 e legislação pertinente.
- 8.5.** Dos atos decorrentes da execução deste Edital cabem recursos nos casos e forma determinados pelo art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 8.6.** O recurso será interposto por escrito no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata e protocolado na sede da **Secretaria Municipal de Administração**, no endereço descrito no **item 17.15**, de segunda a sexta feira, das 08 h às 12 h e das 14 h às 18 h.
- 8.7.** Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão **impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis**.
- 8.8.** O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da **Comissão Geral de Licitação**, o qual **poderá reconsiderar sua decisão em até 05 (cinco) dias úteis**, contados do término do prazo concedido às demais licitantes para oferecimento de possíveis impugnações, de que trata o item anterior, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informados.
- 8.9.** Subindo o recurso, a autoridade superior proferirá a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, proveniente da **Comissão Geral de Licitação**.
- 8.10.** Os recursos preclusos ou intempestivos não serão conhecidos.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das Dotações Orçamentárias nº **2020.5701.26.451.0025.1432.44905100.501 fonte 100 (Recurso Municipal)**.

10. DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

- 10.1.** Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à apreciação da autoridade competente, para homologação e adjudicação do(s) objeto(s) à(s) licitante(s) vencedora(s), convocando-se após, a empresa respectiva para firmar as obrigações assumidas mediante contrato, dando-lhe a devida publicação através do quadro próprio de avisos da Secretaria Municipal de Administração.

11. DO CONTRATO/EXECUÇÃO

- 11.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO II** do presente ato convocatório.
- 11.2.** Os serviços deverão ser executados conforme o memorial descritivo/especificações técnicas, Planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos e demais normas constantes deste edital e seus anexos.
- 11.3. A vigência do Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial.**
- 11.3.1.** O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.
- 11.3.2.** Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos cópia da publicação do extrato contratual no Diário Oficial.



- 11.4.** O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no §1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.
- 11.5.** A licitante que se recusar a assinar o Contrato, não aceitar ou não retirar o mesmo no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no **item 14** deste Edital.
- 11.6.** Se a licitante vencedora deixar de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Administração Pública poderá, nos termos do § 2º, do Art. 64 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, convocar as licitantes remanescentes observadas à ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.
- 11.7.** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade da(s) empresa(s) registrada(s) perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.7.1.** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade mencionada acima**, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.7.2.** A empresa deverá manter durante todo fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.8.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.
- 11.9.** No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.
- 11.10. A CONTRATANTE** exigirá da CONTRATADA até a data da assinatura do Contrato, prestação de garantia, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, ficando facultado ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:
- 11.10.1.** Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;
- 11.10.1.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública deverá ser depositado na **conta nº 60-1, Agência 2510, CNPJ nº 01.612.092/0001-23 – Caixa Econômica Federal** ou na Secretaria de Finanças. O(s) licitante(s) vencedor(s) deverão se dirigir à Divisão do Tesouro Municipal, Av. do Cerrado n.º 999, 2º Pavimento – Bloco E – Paço Municipal – Park Lozandes – Goiânia – Goiás, fones: (62) 3524-3311/3349, para obterem esclarecimentos sobre o referido recolhimento;
- 11.10.1.2.** Os Títulos da Dívida Pública deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.10.2.** Seguro-garantia; ou,
- 11.10.2.1.** Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro-garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio.
- 11.10.3.** Fiança Bancária.
- 11.10.3.1.** Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **ANEXO V** deste edital;
- 11.10.3.2.** Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil. A contratada que



optarem por recolhimento em Seguro-Garantia e Fiança Bancária, deverá apresentá-la à Divisão do Tesouro Municipal, Avenida do Cerrado n.º. 999- Park Lozandes – Paço Municipal – 2º Pavimento- Bloco “E” - Goiânia - GO, fones: (062) 3524-3311/3349, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

11.10.3.3. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

- 11.11.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- 11.12.** A garantia poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- 11.13.** A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;
- 11.14.** Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injusta a assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E. (Nota de Empenho) emitida.
- 11.15.** A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.
- 11.16.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será devolvida a caução.

12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1.** As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA** e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de Contrato e/ou instrumento equivalente, observando as condições estabelecidas neste Instrumento, legislação vigente e na proposta vencedora.
- 12.2.** O prazo para a retirada da Ordem de Serviço será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.
- 12.3.** Quando do início da prestação dos serviços, caso haja dúvidas em relação às especificações e normas, a **CONTRATANTE** poderá solicitar da adjudicatária a apresentação de esclarecimentos pertinentes ao objeto licitado, comprovando que ela atende todas as exigências legais e especificações solicitadas no Edital.
- 12.4.** O serviço deverá ser prestado de acordo com o Anexo I – Projeto Básico/Especificações do Objeto e disposições estabelecidas pela **CONTRATANTE**.
- 12.4.1.** O prazo da prestação dos serviços poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega, em conformidade com o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 12.5.** Correrão por conta da vencedora as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na prestação de serviço.
- 12.6.** Os serviços deverão ser prestados de forma a atender as necessidades da **CONTRATANTE** e permitir imediata utilização dos mesmos, correndo por conta da empresa vencedora os custos correspondentes.
- 12.7.** Os serviços serão recusados pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:
- Se prestados em desacordo com as especificações indicadas no Anexo I Projeto Básico/Especificações do Objeto.
 - Se apresentarem defeitos, vícios, irregularidades decorrentes da execução e outras irregularidades observadas no ato da recepção.



- 12.8.** Em qualquer caso de recusa, a empresa vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição correspondente, sob pena de incidir nas sanções administrativas previstas neste Edital, na forma do disposto neste instrumento convocatório.
- 12.9.** No caso previsto no item anterior, em sendo recusados os serviços pela segunda vez, a CONTRATANTE poderá cancelar a Nota de Empenho referente ao serviço recusado, sendo facultada a convocação da empresa classificada na ordem subsequente, desde que rescindido o contrato com a empresa vencedora, para realizar a execução do serviço não aprovado e não recebido definitivamente.
- 12.10.** A empresa vencedora deverá corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 12.11.** Em caso de demora na substituição do serviço que apresentar qualquer irregularidade, a CONTRATANTE poderá promover a aquisição de outros serviços para o atendimento de suas necessidades, cobrando da empresa vencedora os custos correspondentes, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 12.12.** Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste Edital será recebido:
- I Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
 - II Definitivamente, por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos do Edital, observado o disposto no art.69 da Lei nº 8.666/1993.
- 12.12.1.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi entregue em desacordo com a proposta, fora da especificação ou incompleto, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 12.12.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária a posteriori.

13. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 13.1.** As faturas, devidamente atestadas pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA**, serão pagas, via Ordem de Pagamento, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao vencido, após a quitação de eventuais multas que tenham sido impostas à licitante vencedora.
- 13.1.1.** Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Município.
- 13.1.2.** Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.
- 13.2.** A licitante vencedora deverá apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista constantes nos itens 5.3.2, 5.3.3, 5.3.4, 5.3.5 e 5.3.6,
- 13.2.1.** Em caso de irregularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATANTE notificará a empresa vencedora para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.
- 13.3.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 13.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 13.3.1.** A devolução de fatura não aprovada pela a CONTRATANTE não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda a execução do serviço ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados;



- 13.4.** A(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento do serviço.
- 13.5.** O pagamento a ser efetuado à empresa adjudicatária deverá obedecer a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela CONTRATANTE de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 13.6.** A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela ADJUDICATÁRIA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- 13.6.1.** Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;
- 13.6.2.** Débitos da ADJUDICATÁRIA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;
- 13.6.3.** Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da contratada e referente à execução do contrato sob exame;
- 13.7.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Goiânia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data impugnação por parte do contratado, momento após o qual serão devidos, além da atualização financeira, juros de mora que serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
- $$I = (TX / 100) / 365$$
- $$EM = I \times N \times VP$$
- Onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data de impugnação por parte do contratado e a do efetivo pagamento.
- VP = Valor da parcela em atraso.
- 13.8.** Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta, nos termos da Lei 10.192/01. O valor contratado será reajustado utilizando-se o Índice Nacional do Custo da Construção - **OBRAS CIVIS**.
- 13.8.1.** Para novo reajuste, será considerado o período de 12(doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.
- 13.9.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1.** Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Decreto Municipal n. 2271/2019, além das previstas nas legislações pertinentes;
- 14.2.** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora e/ ou compensatória de acordo com as disposições do artigo 13 e 15, respectivamente, do Decreto Municipal n. 2271/2019.
- 14.2.1.** As multas a que se aludem o **item 14.2** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93, bem como no Decreto supraindicado.
- 14.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:
- I – Advertência;
- II - Multa compensatória, a ser aplicada:



- a) Até 20% sobre o valor da prestação não cumprida, no caso de inexecução parcial, em que o atraso é superior a 15 até 30 dias ou descumprimento de outras cláusulas contratuais;
- b) Até 30% no caso de inexecução total, calculado sobre o valor total da licitação, quando o atraso no cumprimento do contrato for superior a 30 dias ou houver total descumprimento da obrigação;
- c) No valor de até 10% no caso de infrações ocorridas durante o procedimento licitatório, sobre o valor de referência para licitação do objeto;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observando-se as proporções indicadas no Decreto Municipal n. 2271/2019;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

14.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

14.5. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município de Goiânia e cobrado judicialmente.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. Além de outras responsabilidades definidas na Minuta Contratual, a CONTRATADA obriga-se:

15.1.1. Apresentar na assinatura do contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais, na forma da Lei 8.212 de 24.07.91; (CND e FGTS) e cópia da proposta.

15.1.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

15.1.3. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-GO e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determina a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Resolução nº 307 de 28 de fevereiro de 1986, do CONFEA ou a Lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

15.1.4. Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente e aprovação da CONTRATANTE.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Fica assegurado à Autoridade competente o direito de:

17.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando publicidade aos atos mediante publicação na imprensa oficial, antes da data inicialmente marcada, ou em ocasiões supervenientes ou de caso fortuito;

17.1.2. Revogar, por intermédio da autoridade competente, por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba direito de qualquer indenização;



- 17.1.3.** Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, divulgando pela mesma forma que se deu o texto original, caso estas impliquem em modificações da proposta ou dos documentos de habilitação, nos termos do § 4º, art. 21 da Lei 8.666/93;
- 17.1.4.** Inabilitar o convocado que não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal do licitante.
- 17.2.** Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.
- 17.3.** Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.
- 17.4.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.
- 17.5.** As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento com a segurança do futuro contrato.
- 17.6.** Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.
- 17.7. A participação nesta Licitação implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.**
- 17.8.** É facultada à Comissão Geral de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.
- 17.9.** As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.10.** A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar à terceiros ou ao patrimônio do órgão de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do Órgão de Licitação.
- 17.11.** O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 17.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de licitação.
- 17.14.** A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.
- 17.15.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Geral de Licitação por meio de carta, telegrama, ou por *e-mail*, enviados ao endereço abaixo, até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
Paço Municipal - Avenida do Cerrado, 999, Bloco - B, Térreo - Park Lozandes



Goiânia - GO. CEP. 74.884-900
Fone: (62) 3524-6320
Horário: 08 h às 12 h e das 14 h às 18 h.
E-mail: comissaosemad@goiania.go.gov.br

- 17.16.** A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada por *e-mail* aos demais interessados que tenham retirado os Editais e tenham deixado junto a Secretaria Municipal de Administração dados para remessa de informações.
- 17.17.** No caso de ausência de solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.
- 17.18.** É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do edital pelo *site*: **www.goiania.go.gov.br** até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta de Preços.
- 17.19.** Os licitantes interessados que adquirirem o edital através do *site* **www.goiania.go.gov.br** ou qualquer outra fonte deverão remeter o **Comprovante de Recibo do Edital, conforme ANEXO VI**, à Secretaria Municipal de Administração, para receber notificações de eventuais retificações ocorridas no Edital bem como de quaisquer informações adicionais. Tais retificações/ informações estarão disponíveis a todos os interessados no endereço acima descrito, sendo que o não envio do Comprovante do Recibo não restringe ou prejudica a publicidade e/ou a legalidade do certame.
- 17.20.** Para conhecimento dos interessados expediu-se o presente edital, que será afixado no quadro próprio de avisos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** e publicado **no site oficial da Prefeitura de Goiânia (www.goiania.go.gov.br)**, no Diário Oficial do Município, e em jornal de grande circulação, estando a Comissão Geral de Licitação à disposição dos interessados.

18. DO FORO

- 18.1.** Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **Foro da Comarca de Goiânia**, em uma das suas Varas da **Fazenda Pública**, por mais privilegiado que outro seja.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de janeiro de 2020.

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente de Licitação e Suprimentos

AGENOR MARIANO
Secretário Municipal de Administração



19. ANEXO I

PROJETO BASICO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
Contratação de empresa especializada em Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.	229.935,76

1. OBJETIVO

1.1 O documento aqui apresentado tem por finalidade efetuar contratação Integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação e Drenagem referente a Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o Corredor BRT, Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e Elaboração de Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, considerando-se também todos os levantamentos e estudos necessários que subsidiem sua elaboração. Portanto, objetiva-se este projeto básico, estabelecer critérios mínimos para a contratação de empresa para a elaboração dos projetos citados.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Após a aprovação pelo IPHAN do projeto geométrico e de terraplanagem elaborado para a Av. Leste-Oeste no Entorno da Estação Ferroviária, da estaca 0 + 0 até à estaca 30 + 0, será necessário que os projetos de Drenagem, Pavimentação e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o Corredor BRT sejam feitos. Além disso, os novos traçados da Avenida Leste-Oeste e Corredor BRT provocaram também alteração nos limites da área da Praça do Trabalhador, sendo necessário o complemento de todos os projetos de forma a estender a Praça do Trabalhador até o novo traçado do corredor BRT.

2.2 Quanto à readequação do projeto de drenagem da Praça do Trabalhador, informamos que a solução proposta inicialmente deve ser revista visando economia de recursos e tempo para a execução das obras.

2.3 O projeto de desapropriação para a implantação da via marginal do Córrego Capim Puba viabilizará a retirada da Cláusula Suspensiva do Contrato de Repasse nº 1063 162-41 liberando o repasse de recursos da União no valor de R\$ 30.526.730,54 (trinta milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos) para custeio das obras.

3. PROJETO

3.1 Deverá ser desenvolvido o projeto executivo contendo todos os elementos necessários para a completa execução das obras projetadas.

3.2 Todos os projetos deverão constar os respectivos memoriais descritivos, memoriais de cálculo de dimensionamento, especificações técnicas, memorial de cálculo de quantitativos, orçamento da obra e desenhos. Todos os dados necessários para o desenvolvimento dos projetos, parâmetros técnicos e metodologias de dimensionamento devem estar devidamente contidos nos memoriais. O conteúdo e detalhamento das informações a serem apresentadas deverão ser previamente discutidos e aprovados pela fiscalização, de acordo com as exigências estabelecidas.

3.3 Caberá à contratada a elaboração do Projeto Executivo de Engenharia, necessários e satisfatórios à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser levadas em consideração os elementos técnicos que poderão interferir na execução da obra e solução do projeto.

3.4 Os Projetos Executivos contemplarão apresentação dos Projetos Geométrico, Geotécnico, Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização, Obras Complementares, Paisagismo, Desapropriação, Remanejamento de Interferências e Interseções.



3.5 Os Projetos Executivos incluirão memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços e plano de execução de toda a obra, considerando ainda a logística para sua execução e também:

- visitas Técnicas de Inspeção por parte de técnicos da Contratada;
- a empresa contratada se compromete a realizar todas as correções necessárias nos trabalhos fornecidos que porventura sejam necessárias, independentemente da época que surgirem;
- o projeto e o orçamento serão submetidos à fiscalização e aos órgãos de controle. Sua aprovação se dará após ser submetido a todas essas etapas;
- cada projeto e estudo deverá seguir as Diretrizes Básicas de Elaboração de Projetos de Microdrenagem Superficial Urbana, as Diretrizes Básicas de Elaboração de Projetos de Pavimentação Urbana, as Especificações Técnicas da SEINFRA e demais normas técnicas nacionais vigentes além das exigências estabelecidas pela fiscalização da SEINFRA e outros órgãos ou tribunais aos quais sejam envolvidos no processo.

3.6 O resumo apresentado a seguir descreve sucintamente os itens a serem entregues.

A) Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação e Drenagem referente a Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o Corredor BRT:

- Projeto de Drenagem
 - ✓ Drenagem superficial
 - ✓ Drenagem profunda
- Projeto de Pavimentação
 - ✓ Camada de revestimento
 - ✓ Camada de base, sub base e reforço
- Projeto de Sinalização
 - ✓ Horizontal
 - ✓ Vertical
 - ✓ Provisória e desvio de trânsito
- Projetos Complementares
 - ✓ Cadastro de Interferências
 - ✓ Calçadas acessíveis

B) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador:

- Projeto de Terraplenagem:
 - ✓ Serviços preliminares;
 - ✓ Escavação, carga e transporte;
 - ✓ Compactação e deposição de materiais excedentes;
 - ✓ Regularização do subleito;
- Projeto de Pavimentação:
 - ✓ Base em BGS ou Areia
 - ✓ Pavimento intertravado
- Projeto de Drenagem:
 - ✓ Drenagem superficial;
 - ✓ Drenagem profunda;
- Projeto de Obras Complementares:
 - ✓ Arquitetura e Urbanismo
 - ✓ Elétrico e Iluminação
 - ✓ Complementares

C) Elaboração de Cadastros de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba

- Projeto de Desapropriação

3.7 Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados, projetos e qualquer documentação técnica necessária ao atendimento do escopo do objeto e elaborado pela Contratada, será de propriedade exclusiva da SEINFRA/Prefeitura de Goiânia, que deles se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.



3.8 É vedado à Contratada, dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer estudo, levantamento, análise, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização expressa pela SEINFRA/Prefeitura de Goiânia.

3.9 Estudos Topográficos e Cadastro de Interferências

3.9.1 Os estudos topográficos serão desenvolvidos em consonância com as normas vigentes adotadas e deverão ser elaborados em função do traçado das vias existentes.

3.9.2 A fase de anteprojeto será iniciada imediatamente e constará da exploração locada e demais levantamentos de toda a área do projeto, o qual por sua extensão exigirá esforços efetivos com o intuito de atender ao cronograma previsto.

3.9.3 A equipe topográfica deverá ser supervisionada por engenheiro de campo e conduzida por um topógrafo chefe com experiência suficiente e a ele estarão afetas as turmas de locação, nivelamento, seções transversais, amarrações e cadastro.

3.9.4 O levantamento topográfico deve conter as plantas planialtimétricas com curvas de nível de metro em metro e o cadastro detalhado de todas as interferências consideradas importantes para o desenvolvimento dos trabalhos.

3.10 Estudos Hidrológicos

3.10.1 Os estudos hidrológicos serão desenvolvidos em duas fases distintas, sendo a preliminar destinada à coleta de dados bibliográficos, medições e observações de campo. Já a fase de projeto estará voltada aos cálculos de estimativa de vazões, precipitações, descargas, etc., os quais irão subsidiar o dimensionamento das diversas obras a serem definidas e projetadas.

3.10.2 Paralelamente aos estudos citados anteriormente, serão levantados e vistoriados os dispositivos de drenagem existentes, sendo os mesmos classificados quanto ao estado de conservação e necessidades de intervenção. Deverão ser analisadas a drenagem superficial e profunda, bem como as obras de arte correntes.

3.10.3 Devem estar contidas todas as informações necessárias à elaboração dos projetos de microdrenagem e macrodrenagem do trecho almejado, em todas as seções de interesse.

3.11 Estudos Geotécnicos

3.11.1 Na fase inicial serão efetuadas sondagens preliminares (com ou sem coleta) em pontos importantes detectados ou mesmo que apresentem dúvidas. Serão ainda definidas as jazidas de materiais, sendo através de inspeção e alguns furos delimitadas as áreas de exploração.

3.11.2 A fase definitiva constará da sondagem do subleito, agora na diretriz final, estudos de cortes e N.A. (nível de água), além dos estudos completos das áreas de empréstimos, ocorrências de cascalho, areais e pedreiras. Os ensaios de solos e de pavimentação deverão seguir as especificações e diretrizes da SEINFRA ou demais exigências estabelecidas pela fiscalização.

3.11.3 Os ensaios realizados nestes materiais deverão propiciar a definição final do suporte médio do subleito, das jazidas de base e sub-base, assim como dos empréstimos, areais e pedreira, conforme orientações da fiscalização.

3.11.4 Os estudos referentes às fundações de aterros, estabilidade de taludes e/ou situações especiais que exijam sondagens, deverão ser executados em consonância com normas vigentes, prevendo-se, em sua fase preliminar, a definição de equipamentos, métodos e locais a serem utilizados.

3.11.5 Os relatórios de sondagem devem fornecer a identificação da categoria do material conforme definição de medição de serviços da tabela da AGETOP e planilha orçamentária deste edital, discriminando-se os serviços de sondagem e seus quantitativos em primeira, segunda e terceira categoria. Essa identificação deve ser fornecida obrigatoriamente pela empresa que realizou o serviço e emitiu a ART.

3.12 Projeto Executivo Geométrico

3.12.1 A elaboração do Projeto Geométrico Viário deverá seguir o Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas, de 2010, do DNIT, as Diretrizes Básicas de Elaboração de Projetos de Pavimentação Urbana e



aos elementos essenciais fornecidos pelos Estudos de Tráfego, Estudos Topográficos, Estudos Hidrológicos, Estudos Geotécnicos e orientações da Fiscalização.

- 3.12.2** O traçado a ser implantado desenvolve-se em perímetro urbano, conforme proposta de concepção contida na Planta de Situação Geral, a ser analisada e aperfeiçoada/adequada no desenvolvimento dos trabalhos contratados. Os elementos a serem utilizados no desenvolvimento do projeto geométrico deverão ser obtidos por meio de levantamento topográfico. Estes dados servirão de base para a reconstituição do projeto em planta e perfil, assim como para a definição das características técnicas e operacionais do segmento.
- 3.12.3** Serão estudadas as alternativas buscando-se aquela que produza o melhor resultado técnico com o menor custo. Os segmentos de traçado, os locais críticos e as interferências serão avaliados neste item. Será estabelecido, sempre que possível, a associação entre o traçado planimétrico e o greide projetado, buscando estabelecer um projeto mais fluido e adequado às condições orográficas regionais.
- 3.12.4** O projeto geométrico será executado em obediência às normas vigentes, em obediência ao estudo do tráfego e à planta urbanística e constará do projeto planialtimétrico do trecho.
- 3.12.5** Constará basicamente de planta, perfil, seções transversais e notas de serviço, lançados a partir dos dados obtidos no levantamento topográfico.
- 3.12.6** Após o anteprojeto do greide, haverá uma inspeção de campo, quando então serão determinadas alterações e os melhoramentos possíveis.
- 3.12.7** O projeto geométrico deverá ser obrigatoriamente realizado em compatibilidade com o projeto de drenagem.

3.13 Projeto Executivo de Terraplenagem

- 3.13.1** O projeto de terraplenagem será elaborado visando estabelecer as quantidades de serviços realizados em conformidade com o projeto geométrico. A busca da equiparação dos volumes de corte e aterro deverá ser almejada, evitando-se a execução de empréstimos, ambientalmente pouco recomendáveis. O projeto de terraplenagem subsidiará eventuais avaliações econômicas de alternativas.
- 3.13.2** Nesta fase de projeto este item terá como objetivo estabelecer todo o movimento de massas, indicando-se origem e destino dos materiais de cortes e aterros e sua respectiva classificação.
- 3.13.3** Deverão ainda nesta fase serem definidos os locais dos bota-foras e empréstimos, assim como as camadas finais dos aterros. Com a consideração dos estudos geotécnicos à altura de cortes ou aterros, poderão definir seções com taludes diferenciados ou mesmo com bermas. Estes deverão ser perfeitamente definidos, bem como as medidas de proteção e recomposição ambiental.

3.14 Projeto Executivo de Pavimentação

- 3.14.1** Considerando-se os estudos geotécnicos e do projeto de terraplenagem, serão realizados os serviços do projeto de pavimentação.
- 3.14.2** As soluções técnicas possíveis para a pavimentação serão estudadas, comparadas e submetidas à análise técnico-econômica, visando a obtenção da alternativa mais adequada.
- 3.14.3** Nesta fase será definido e determinado o pavimento em sua conformação final, através da análise do subleito e seus segmentos homogêneos, além dos materiais selecionados para comporem cada camada do pavimento.
- 3.14.4** A solicitação do pavimento deverá ser obtida através do número de solicitações do eixo padrão ("N"), baseado no tráfego a ser estabelecido para a via urbana em estudo, de acordo com o estudo de tráfego.
- 3.14.5** Todos estudos/projetos deverão seguir as diretrizes apontadas pela fiscalização da SEINFRA.

3.15 Projeto Executivo de Microdrenagem

- 3.15.1** Apoiado nos Estudos Topográficos e Hidrológicos será desenvolvido o dimensionamento dos elementos de drenagem superficial e profunda e a compatibilização entre a microdrenagem e a macrodrenagem.
- 3.15.2** A apresentação dos trabalhos nesta fase de projeto se dará mediante texto explicativo, quadros demonstrativos dos dispositivos levantados, listagem dos dispositivos a serem construídos/ demolidos/



restaurados/ prolongados, notas de serviços e demais elementos característicos, ilustrados por desenhos elucidativos.

- 3.15.3** Em função dos estudos hidrológicos e do diagnóstico realizado serão dimensionados os dispositivos de drenagem superficial e profunda.
- 3.15.4** Deverão ser apresentados os desenhos tipos e detalhes construtivos, plantas com as localizações, notas de serviços e perfis longitudinais de toda a rede, inclusive dos ramais.
- 3.15.5** A delimitação da área de contribuição aos poços de visita, a delimitação das áreas de contribuição às bocas de lobo, as camadas de desenho das quadras, lotes, vias, o detalhamento da planta de galeria de águas pluviais, as curvas de nível e o estaqueamento utilizado no projeto geométrico de pavimentação devem estar contidos simultaneamente na mesma prancha de desenho do projeto de drenagem.
- 3.15.6** O dimensionamento do sistema de microdrenagem deverá ser obrigatoriamente realizado levando-se em consideração o sistema de drenagem já existente e também se considerando toda a bacia de contribuição ao local projetado.
- 3.15.7** Apesar da área de detalhamento e apresentação do projeto estar limitada aos trechos finais das galerias de águas pluviais dos bairros adjacentes ao trecho de intervenção, deve-se dimensionar o sistema de captação da rede projetada de maneira suficiente para se evitar alagamentos na via de ligação, prevendo-se a ampliação necessária da captação existente (bocas de lobo) ao longo da bacia de contribuição.
- 3.15.8** O desenho da rede existente tem que constar na apresentação do projeto executivo. Todos os lançamentos existentes ao longo do trecho projetado devem ser verificados e redimensionados, além de se verificar a necessidade da implantação de novos, ou previsão futuras de forma a impedir retrabalhos ou desperdícios de investimentos.
- 3.15.9** Deverão fazer parte integrante do projeto de microdrenagem todos os detalhes dos projetos estruturais e de fundação de todos os elementos que compõem o sistema de microdrenagem.

3.16 Projeto Executivo de Sinalização

- 3.16.1** O Projeto de sinalização horizontal, vertical e semaforica deverá ser desenvolvido em estreita consonância com as Normas fixadas pelo CONTRAN e SMT.
- 3.16.2** O projeto deve contemplar a elaboração de plano de controle do tráfego na malha viária dos bairros selecionados com proposta de sinalização estatigráfica, hierarquizando, otimizando o sistema viário e alterações nas configurações geométricas.
- 3.16.3** No escopo do projeto devem ser contemplados:
- Sinalização regulamentadora de movimentos, restrições de parada e estacionamento, velocidade máxima permitida e parada obrigatória;
 - Sinalização de advertência para pontos e trechos em áreas com potencial em riscos de acidentes;
 - Adequação ao sistema de tráfego a ser planejado na malha viária pertinente a cada bairro, adequação às estatísticas do comportamento atual e futuro;
 - Sinalização de Placas Indicativas/Orientativas, conforme necessidade em análise preliminar;
 - Ordenamento de tráfego através de canalizações físicas e ou marcas viárias na otimização da circulação viária;
 - Aprovação junto aos órgãos de controle de trânsito e anotação junto ao CREA-GO;
 - Sinalização do desvio provisório do trânsito.

3.17 Projeto Executivo de Desapropriação

- 3.17.1** Deverão ser obedecidas na execução dos serviços:
- Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
 - Leis Federais nº 6766/79 e 9785/99, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
 - Normas, instruções e recomendações da SEINFRA;
- 3.17.2** Além desses critérios e de outros procedimentos usuais em casos de desapropriação, serão tomados cuidados especiais de modo a minimizar os transtornos temporários ou permanentes inerentes ao processo, principalmente os que envolvem as famílias de baixa renda ou que apresentam algum tipo de vulnerabilidade, com pouca mobilidade social e quase sem nenhum poder de negociação.
- 3.17.3** O desenvolvimento dos serviços deverá contemplar:



- Análise do Projeto de Engenharia com vistas à identificação, ao longo do trecho, da necessidade de adoção de procedimentos objetivando a liberação da faixa de domínio, de servidão, de trabalho/serviço ou da área de implantação da obra projetada, com as consequentes ações expropriatórias;
- Análise dos instrumentos normativos adotados e referentes à questão em pauta, com destaque para os termos de referência de contratação, instruções de serviço, normas, diretrizes, procedimentos administrativos da SEINFRA e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Levantamento topográfico com georreferenciamento identificando os eixos das marginais, da faixa de domínio (se for o caso) e das propriedades atingidas pela obra, com identificação precisa dos limites e confrontações de cada propriedade. Deverão ser apresentados em escala adequada e da seguinte forma:
 - ✓ Desenho técnico da projeção da via, contendo eixo, estacas, faixa de domínio existente, faixa de domínio projetada, divisas das propriedades, nome dos proprietários, número do cadastro de cada propriedade;
 - ✓ Croquis individuais: desenho técnico de cada propriedade com identificação precisa do eixo da via, do estaqueamento, da faixa de domínio, dos limites da área desapropriada com especificação de distâncias, azimutes e confrontações e indicação do norte, ou outros dados estabelecidos pela SEINFRA de forma atender as necessidades. No caso de edificações deverá ser apresentada planta baixa com indicação das diversas áreas e com indicação da área total;
- Pesquisa cartorial e junto aos proprietários para identificar titularidade, posse e coleta de documentos do proprietário e da propriedade.

3.17.4 O projeto de desapropriação deve contemplar todas as áreas necessárias dos imóveis de maneira a possibilitar a completa implantação da obra. A formatação desses documentos e versões das entregas deverão ser conforme as orientações da fiscalização.

3.17.5 As principais atividades e ações para a implementação do processo são:

a) Levantamento topográfico

3.17.6 Os levantamentos necessários complementares para a elaboração do projeto de desapropriação, não constantes nos estudos topográficos relativos ao projeto de engenharia, deverão ser completados nessa fase. A equipe técnica efetuará o levantamento no campo identificando os eixos e laterais das pistas, as faixas de domínio, áreas de preservação permanente e as propriedades que serão atingidas, produzindo o desenho técnico da projeção das vias e os croquis individuais.

b) Coleta de documentos e pesquisas cartoriais

3.17.7 Após o levantamento topográfico a equipe técnica realizará a pesquisa cadastral identificando a titularidade das propriedades assim como as posses. Para isso realizará pesquisa junto aos proprietários e cartórios. Serão coletados os documentos necessários à instrução dos processos expropriatórios, tanto dos proprietários como das propriedades. No caso de famílias que se declaram detentoras da propriedade e não dispuserem de escritura registrada, como solução, a equipe de apoio deverá encaminhar ao posseiro a melhor alternativa para legalizar a situação.

3.17.8 Será observada atentamente a ausência de titulação (posse), a titulação irregular, incompleta ou especial, no que diz respeito aos itens seguintes:

- ✓ Posse (meios p/ regularização)
- ✓ Títulos aquisitivos não transcritos, títulos de direito não registrados ou construções não averbadas no Registro Imobiliário;
- ✓ Casos de divergência entre a área levantada no campo e a metragem constante do título aquisitivo;
- ✓ Divergência entre a metragem e confrontações, constantes do título aquisitivo e o transcrito no Registro Imobiliário;
- ✓ Superposição de títulos referentes a mesma área; e
- ✓ Terras públicas, terras devolutas, terrenos da marinha e seus acréscidos e imóveis sujeitos à enfitêuse.

3.17.9 Nesta etapa serão realizados contatos com os expropriados informando sobre a obra, sobre a desapropriação e solicitando a documentação necessária. É de fundamental importância que as atividades desenvolvidas a partir desta etapa sejam cercadas de cuidados especiais, tanto no fornecimento de informações e orientações como na discussão do Programa, ocasião em que serão apresentadas à população as justificativas para a realização das desapropriações, as diretrizes gerais que norteiam as ações e ouvidos os anseios da comunidade afetada.

3.18 Projeto Executivo de Remanejamento de Interferências



3.18.1 Definir e detalhar soluções para os problemas decorrentes das interferências resultantes da implantação de todo objeto em estudo, ou com linhas de serviços públicos ou particulares, de maneira a minimizar os riscos de acidentes e/ou interrupção dos serviços e também proporcionar aos usuários uma travessia segura e confiável.

3.18.2 Todas essas possíveis interferências deverão ser caracterizadas, sejam elas:

- ✓ Rede de energia elétrica;
- ✓ Rede e adutora de água;
- ✓ Interceptores e emissário de esgoto;
- ✓ Rede de dados.

3.18.3 Todas interferências deverão ser previstas em projetos e equalizadas suas soluções, sendo de responsabilidade da Contratada Projetista as soluções tanto em forma de projeto, quanto burocráticas, caso houver.

3.19 Projeto Executivo de Calçadas Acessíveis

3.19.1 O projeto executivo das calçadas acessíveis deverá ser elaborado obedecendo a legislação vigente e normas técnicas vigentes referentes à acessibilidade, sobretudo a NBR 9050:2015 e o Decreto Municipal nº 3.057/2015, além da Lei Municipal Nº 8644 de 2003 e Lei Municipal 8937 de 2010, possibilitando o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida. Não deverá apresentar degraus ou obstáculos que dificultem a circulação.

3.20 Quantitativos, Memorial de Cálculo, Orçamento, Especificações Técnicas e Plano de Execução dos Serviços

3.20.1 Com base no projeto elaborado, deverão ser apresentados os seguintes itens:

- ✓ Listagem definitiva dos serviços a serem executados, com seus respectivos quantitativos e memorial de cálculo;
- ✓ Listagem definitiva dos materiais e respectivas distâncias de transportes;
- ✓ Elaboração do Orçamento atendendo às regras e critérios da Instrução Normativa nº 10/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios e Instrução Normativa nº 01/2018 da Controladoria Geral do Município da Prefeitura de Goiânia, e atendendo as orientações da fiscalização;

3.20.2 Também deverão ser apresentadas, para todos os itens considerados na execução da obra, planilhas contendo o memorial de cálculo de quantidades de serviço de modo a permitir a fácil verificação dos critérios utilizados.

3.20.3 Nesse item serão fornecidas as Especificações Particulares e Complementares, além das Especificações Gerais.

3.20.4 Para cada um dos itens que compõem a tabela de quantitativos de serviços deverão ser indicadas as Normas e Especificações a serem utilizadas.

4. VISTORIA

4.1 A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

4.1.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

4.1.2 O agendamento da visita será realizado pelo telefone (62) 3524-8330 com Cristiano Oliveira Calixto e ocorrerá de segunda à sexta-feira (exceto feriados), das 8:30 horas às 16:30 horas.

4.1.3 Sua realização poderá ser comprovada por declaração emitida pelo licitante que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o município de Goiânia.

4.1.4 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.



4.1.5A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 Terá vigência por 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA OBRA

6.1 Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pelo contratado da ordem de serviço.

7. LOCAL DA OBRA

7.1 Praça do Trabalhador Goiânia-GO

7.2 Córrego Capim Puba entre a Av. Goiás Norte e Av. Leste Oeste

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias, conforme o cronograma físico-financeiro em anexo.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Em conformidade com o Acórdão TCU 834/2014, que orienta sobre o caráter excepcional da subcontratação, será vedada a subcontratação de empresas, visto que o objeto trata-se de serviços técnicos simplificados e de muito baixo vulto financeiro.

10. CONSÓRCIO

10.1 A admissão de empresas consorciadas não será permitida, visto que o objeto trata-se de serviços técnicos simplificados e de baixo vulto financeiro

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 O contrato para execução dos serviços objeto desta contratação será estabelecido entre a SEINFRA e a firma vencedora no regime de empreitada por preço global, conforme a orientação do Acórdão TCU 1977/2013.

12. COMPOSIÇÃO DO ANEXO I:

12.1 Os arquivos abaixo relacionados fazem parte dos autos e se encontram disponíveis em mídia no site da Prefeitura de Goiânia (www.goiania.go.gov.br) e junto à Secretaria Municipal de Administração, sendo que os interessados deverão disponibilizar 01 (um) CD e/ou Pen Drive para reprodução.

12.1.1 Planilhas Orçamentárias

12.1.2 Cronograma Físico-Financeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de janeiro de 2020.

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente de Licitação e Suprimentos

AGENOR MARIANO
Secretário Municipal de Administração



20. ANEXO II

**MINUTA CONTRATUAL
C O N T R A T O N.º...../2020**

Contrato de Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, que entre si celebram o Município de Goiânia por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA e a empresa _____, na forma seguinte:

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Rua _____ n.º _____ – Setor _____ – Goiânia-GO - CEP. _____, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário Sr. _____, brasileiro, estado civil, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, e a empresa....., pessoa jurídica de direito privadocom seus atos constitutivos registrados no(a)....., sediada em....., na..... inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º....., Inscrição Estadual n.º....., neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr....., nacionalidade, estado civil, profissão, Identidade n.º....., CPF n.º..... doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente Instrumento de contrato **Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba**, pelo regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações pertinentes, Edital do **CARTA CONVITE Nº 001/2020**, da **PREFEITURA DE GOIÂNIA**, do **processo nº 17085/2019 - BEE**, mediante as seguintes cláusulas e condições:**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, conforme especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e anteprojetos, na forma e condições constantes do edital do Convite nº 001/2020 e seus anexos.**
- 1.2. Os quantitativos previstos nesta Cláusula poderão sofrer alteração, até o limite permitido pela legislação específica vigente, de acordo com as necessidades e conveniências da **CONTRATANTE**.**
- 1.3. O regime de execução do presente contrato é de **Empreitada por Preço Global**.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

2.1. DA CONTRATANTE:

- 2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;**



- 2.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 2.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 2.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 2.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação;
- 2.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 2.1.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 2.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

2.2. DA CONTRATADA: Além de outras responsabilidades definidas neste contrato e no Edital, a CONTRATADA obriga-se à:

- 2.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;
- 2.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 2.2.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 2.2.6. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 2.2.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 2.2.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 2.2.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 2.2.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 2.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- 2.2.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.2.13.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 2.2.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 2.2.15.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 2.2.16.** Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 2.2.17.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:
- 2.2.18.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 2.2.19.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 2.2.20.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 2.2.21.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 2.2.22.** Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 2.2.23.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, GARANTIA DE EXECUÇÃO E REAJUSTAMENTO:

3.1. DO PAGAMENTO:

3.1.1. Os serviços custarão à **CONTRATANTE** R\$..... (.....), que serão pagos à **CONTRATADA** de acordo com o cronograma físico-financeiro, até o 30º dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, concluído o processo próprio para a solução de débitos de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

3.1.2. ATRASO DE PAGAMENTO: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Goiânia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data impugnação por parte do contratado, momento após o qual serão devidos, além da atualização financeira, juros de mora que serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data de impugnação por parte do contratado e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

- 3.1.3.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- 3.1.4.** O(s) preço(s) dos serviços, constante desta cláusula, permanecerá inalterado durante a vigência do contrato.
- 3.1.5.** A **CONTRATANTE** pagará, à **CONTRATADA**, o valor dos serviços executados, baseado em medições mensais, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:
- 3.1.5.1.** Termo de Vistoria emitido pela fiscalização;
 - 3.1.5.2.** Prova de regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
 - 3.1.5.3.** Cópia da matrícula **CEI - Cadastro Específico Individual da obra junto ao INSS**;
 - 3.1.5.4.** Cópia da **GPS - Guia da Previdência Social** com o número do CEI da obra, devidamente recolhida e respectiva folha de pagamento;
 - 3.1.5.5.** Declaração Contábil afirmando que a empresa está em situação regular e que os serviços referentes à fatura apresentada estão contabilizados.
 - 3.1.5.6.** Cópia do **GFIP - Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social**.
- 3.1.6.** Na hipótese da **CONTRATADA** não cumprir o disposto nos itens **3.1.5.3, 3.1.5.4 e 3.1.5.6** ou for apurada alguma divergência nos documentos apresentados, a **CONTRATANTE** reterá o percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei nº 8.212/91 alterado pela Lei nº 11.933/09.
- 3.1.7.** Os pagamentos serão efetuados até o **30º (trigésimo)** dia após a data de apresentação da fatura, considerando-se esta data como limite de vencimento da obrigação, incorrendo a **CONTRATANTE**, após a mesma, em juros de mora de 0,5% ao mês.
- 3.1.8.** Para o pagamento da 1ª medição, a **CONTRATADA** deverá, além dos documentos enumerados no item **3.1.5** e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos serviços contratados.

3.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 3.2.1.** A **CONTRATADA**, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de xxxxxxxx, correspondente a .3.% (três por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.
- 3.2.1.1.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
 - 3.2.1.2.** A garantia poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
 - 3.2.1.3.** A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;



3.2.1.4. A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

3.2.1.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será devolvida a caução.

3.3. DO REAJUSTAMENTO:

3.3.1. A periodicidade mínima de reajuste ou revisão dos valores das parcelas do cronograma físico-financeiro da proposta será de **01** (um) ano, contado a partir da data base correspondente à data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação, podendo este período ser modificado por ato do Governo Federal.

3.3.2. Após o prazo previsto **no item 3.3.1** as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção - OBRAS CIVIS obedecendo à seguinte fórmula;

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

I₀ - Índice referente ao mês da data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

3.3.3. Para novo reajuste, será considerado o período de 12(doze) meses do início dos efeitos do último apostilamento concedido.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato ocorrerão em parte à conta da Dotação Orçamentária nº **2020.5701.26.451.0025.1432.44905100.501 fonte 100 (Recurso Municipal)**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA / PRAZO / PRORROGAÇÃO:

5.1. A vigência deste Contrato será de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial.

5.1.1. A **CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.2. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos cópia da publicação do extrato contratual no Diário Oficial

5.2. PRAZO: O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da primeira ordem de serviço.

5.3. PRORROGAÇÃO: O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO:

6.1. Para a execução do contrato, o recebimento do seu objeto e a fiscalização será confiado ao setor competente da CONTRATANTE;

6.2. Os serviços que não estão mencionados na planilha serão autorizados somente se forem imprescindíveis do ponto de vista técnico de engenharia;

6.3. A empresa só poderá executar os serviços se tiver uma autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**.



- 6.4.** Trocas ou compensações de serviços só poderão ser executadas mediante prévia e formal autorização pelos técnicos do setor competente. Qualquer empresa que efetuar troca sem a devida autorização assumirá para si as penalidades impostas pela fiscalização da **CONTRATANTE**;
- 6.5.** No ato de pagamento da primeira parcela a empresa deverá apresentar ART de execução autenticada em duas vias.
- 6.6.** A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar profissional regularmente habilitado junto ao CREA a fim de promover o acompanhamento permanente da execução dos serviços.
- 6.7.** O cumprimento dessas exigências é de responsabilidade de toda e qualquer empresa contratada pela contratante.
- 6.8.** Após a verificação da qualidade dos serviços objeto deste edital, em conformidade com a especificação, o setor responsável estabelecerá aceitando-o e recebendo-o.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1.** A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
- 7.2.** A rescisão poderá ser:
- a.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do artigo 78 da sobredita Lei;
 - b.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - c.** Judicial, nos termos da legislação.
- 7.3.** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 7.5.** O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
- 7.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
 - 7.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 7.5.3.** Indenizações e multas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

- 8.1.** Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Decreto Municipal n. 2271/2019, além das previstas nas legislações pertinentes;
- 8.2.** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora e/ ou compensatória de acordo com as disposições do artigo 13 e 15, respectivamente, do Decreto Municipal n. 2271/2019.
- 8.2.1.** As multas a que se aludem o **item 8.2** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93, bem como no Decreto supraindicado.
- 8.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:
- I – Advertência;**



II - Multa compensatória, a ser aplicada:

- a) Até 20% sobre o valor da prestação não cumprida, no caso de inexecução parcial, em que o atraso é superior a 15 até 30 dias ou descumprimento de outras cláusulas contratuais;
- b) Até 30% no caso de inexecução total, calculado sobre o valor total da licitação, quando o atraso no cumprimento do contrato for superior a 30 dias ou houver total descumprimento da obrigação;
- c) No valor de até 10% no caso de infrações ocorridas durante o procedimento licitatório, sobre o valor de referência para licitação do objeto;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observando-se as proporções indicadas no Decreto Municipal n. 2271/2019;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

8.5. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município de Goiânia e cobrado judicialmente.

9. CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. O recebimento dos serviços será feito pela CONTRATANTE, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

- I. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada;
- II. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

9.1.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, de má qualidade, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

9.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade civil da contratada a posteriori. Deverão ser substituídos os serviços que, eventualmente, não atenderem as especificações do edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS

10.1. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.2. A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGISTRO NO CREA

11.1. O contrato deverá ser registrado no CREA, de acordo com o que determina a Lei nº 5.194, de 14/12/66 e Resolução nº 425 de 18 de dezembro de 1998, do CONFEA ou registro em outro conselho competente, conforme o caso.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1. Caberá a **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LICITAÇÃO

13.1. Este contrato foi objeto de licitação, de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.666/93, conforme edital constante às fls. _____ do **Processo nº 17085/2019**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA APRECIÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

14.1. O presente instrumento será objeto de apreciação pela **Controladoria Geral do Município** e cadastrado no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o **art. 3º da IN nº 12/2018 do TCM**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de (02) duas testemunhas.

Goiânia, aos --- dias do mês de ----- de 2020

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF
RG

Nome:
CPF
RG



21. ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Data:

CONVITE N° 001/2020

À COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, venho apresentar a presente DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA para a prestação dos serviços nele referido.

- a. Está apresentando proposta para prestação dos serviços/objeto deste edital;
- b. A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (indicar a nacionalidade) ____;
- c. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da constituição Federal e nos termos dos artigos 27, inciso V e 78 inciso XVIII, da Lei 8.666/93;
- e. Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte;
- f. Concorda com a retenção pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA correspondente ao percentual pertinente a prestação de serviços, frente ao disposto no Decreto Municipal N° 672/2002;
- g. Que conhece e se submete literalmente ao disposto no artigo 55, XIII, da Lei n.º 8.666/93, obrigação de manter durante toda a prestação dos serviços do futuro contrato, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente à regularidade fiscal e especificação dos serviços, inclusive o imposto devido, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas as penalidades previstas na lei, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos materiais à contratante, conforme o caso.

Goiânia, aos dias de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.



22. ANEXO IV

CARTA PROPOSTA

Data:

CONVITE N° 001/2020

À COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA.

OBJETO	VALOR TOTAL

Prezados Senhores,

_____(**nome da empresa**)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(**endereço completo**)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, **conforme planilhas constantes em nossa proposta**, cujo Valor Global é de R\$ _____ (_____).

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece no Anexo I, quantitativos, memorial descritivo e demais orientações constantes do edital;

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de sua apresentação;

Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de boa qualidade, e ainda que a variação de quantidades (respeitado as quantidades mínimas estabelecidas na planilha) será de nossa inteira responsabilidade e que haverá a garantia dos serviços prestados.

Declaramos que o prazo para execução dos serviços é conforme consta deste edital.

Declaramos ainda que, temos conhecimento de todas as condições existentes no local de execução da obra, razão pela qual não teremos direito exigir do Contratante quaisquer reajustes nos preços ofertados, por desconhecimento destas condições.

Goiânia, aos dias de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes devidamente comprovados para tal investidura.



23. ANEXO V

**GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO
(FIANÇA BANCÁRIA - MODELO)**

À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEINFRA

CARTA DE FIANÇA - R\$

Pela presente, o Banco com sede..... da cidade do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 835, do Código Civil Brasileiro, da Firma sediada à da cidade do Estado até o limite de R\$ (.....) para efeito **DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO** objeto do Edital **CONVITE Nº. 001/2020**.

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela CONTRATANTE, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a CONTRATANTE.

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita pelo beneficiário.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ou outro registro usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em do ano, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

....., de de

Banco



24. ANEXO VI

REQUERIMENTO DA CARTA CONVITE N.º 001/2020

**CARTA CONVITE N.º 001/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIÂNIA.**

Contratação de empresa especializada em Serviço Técnico de Engenharia para Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação, Drenagem e Complementares referente à Interseção entre a Avenida Leste-Oeste e o novo traçado do Corredor BRT, (II) Projetos Executivos de Acréscimo da Área e Adequação do Projeto Executivo de Drenagem, referentes à Revitalização da Praça do Trabalhador e (III) Projeto de Desapropriação para Implantação da Marginal Capim Puba, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.

Recebemos através do site www.goiania.go.gov.br ou de qualquer outra fonte de divulgação, cópia do instrumento convocatório acima identificado e manifestamos interesse em participar, na forma da lei.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Representante Legal: _____

Goiânia, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes devidamente comprovados para tal investidura.



**25. ANEXO VII
PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS**

Item	Código	Tipo	und	Quant.	Part. Mensal	Meses	Núm. Homens x mês	Preço unit. s/ BDI (R\$)	Preço mensal (R\$)	Total (R\$)	Total Geral (R\$)
				(1)	(2)	(3)	(4)=(1x2x3)	(5)	(6)=(5)*220	(7)= (4) x (6)	
A		CUSTOS DIRETOS									
1.0		EQUIPE TÉCNICA									
1.1		Equipe de Nível Superior									
1.1.1	20203	ENGENHEIRO/PROFISSIONAL SÊNIOR - P1	h	1	0,25	2	0,50	60,62	13.336,40	6.668,20	
1.1.2	20204	ENGENHEIRO/PROFISSIONAL PLENO - P2	h	1	0,50	2	1,00	47,42	10.432,40	10.432,40	
1.1.3	20205	ENGENHEIRO/PROFISSIONAL JÚNIOR - P3	h	1	1,00	2	2,00	39,01	8.582,20	17.164,40	
1.2		Topógrafo e Auxiliar de Topógrafo									
1.2.1	20222	LABORATORISTA CH. / TOPOGRAFO CH. - T1	h	1	1,00	2	2,00	20,96	4.611,20	9.222,40	
1.2.2	20224	LABOR. AUX./TOPÓG. AUX. - T3	h	1	1,00	2	2,00	12,72	2.798,40	5.596,80	
1.3		Laboratorista e Auxiliar de Laboratório									
1.3.1	20222	LABORATORISTA CH. / TOPOGRAFO CH. - T1	h	1	0,50	2	1,00	20,96	4.611,20	4.611,20	
1.3.2	20224	LABOR. AUX./TOPÓG. AUX. - T3	h	1	0,50	2	1,00	12,72	2.798,40	2.798,40	
1.4		Equipe Administrativa									
1.4.1	20241	CH. DE ESCRITÓRIO / SECRET. EXEC. - A0	h	1	1,00	2	2,00	22,02	4.844,40	9.688,80	
1.4.2	20228	CADISTA - T4	h	2	1,00	2	4,00	9,50	2.090,00	8.360,00	
		TOTAL DO ITEM 1.0									74.542,60
2.0		ENCARGOS SOCIAIS - 84,04% DE 1.0									62.645,60
3.0		CUSTOS ADMINISTRATIVOS - 30,00% DE 1.0									22.362,78
4.0		OUTROS (ESTIMADO)									
4.1	45950	SONDAGEM MAT. 1ª CAT. - SOLO	m	15				190,23		2.853,45	
4.2	45951	SONDAGEM MAT. 2ª CAT. - PEDREGULHO	m	10				304,39		3.043,90	
4.3	45953	SONDAGEM MAT. 3ª CAT. - ROCHA MED. ABRASIVA	m	5				351,39		1.756,95	
		TOTAL DO ITEM 4.0									7.654,30
5.0		EQUIPAMENTOS									
5.1	10211	INSTRUMENTAL DE TOPOGRAFIA	MÊS	1	1,00	2	2,00		1.710,28	3.420,56	
5.2	10216	LABORATÓRIO DE SOLOS	MÊS	1	0,50	2	1,00		2.426,20	2.426,20	
5.3	10201	VEÍCULO SEDAN - 71 a 115 CV	MÊS	1	1,00	2	2,00		3.095,19	6.190,38	
		TOTAL DO ITEM 5.0									12.037,14
		TOTAL ITEM A: CUSTOS DIRETOS (1.0)+(2.0)+(3.0)+(4.0)+(5.0)									179.242,42
B		CUSTOS INDIRETOS									
6.0		Remuneração da empresa - 10,00% do Item A									17.924,24
7.0		Despesas Fiscais - 16,62% de (Item A + Item 6.0)									32.769,10
		TOTAL ITEM B: CUSTOS INDIRETOS (6.0 + 7.0)									50.693,34
		TOTAL GERAL: CUSTOS DIRETOS ITEM A+ CUSTOS INDIRETOS ITEM B									229.935,76



26. ANEXO VIII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PARCELA	SERVIÇOS	INTERV.	VALOR R\$
1ª Parcela	Quando executados 50% dos serviços	30 dias	114.967,88
2ª Parcela	Quando executados 100% dos serviços	60 dias	114.967,88